

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAUÁ DA SERRA PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

1 - INTRODUÇÃO

O Plano anual de trabalho de 2025 define os pontos de controle com seus respectivos temas e itens de avaliação, que serão auditados ordinariamente pela Controladoria, bem como a periodicidade das auditorias, os critérios de seleção aplicados e os órgãos auditados.

O Plano anual de trabalho do órgão de Controle Interno no exercício de 2025, possui como objetivo principal firmar, por meio de um cronograma, as atividades previstas até o final do citado exercício, estabelecendo prioridades, racionalizando o tempo ao nível da capacidade técnica, em termos de recursos humanos e materiais. Buscar, a partir das atividades planejadas, a identificação de ineficiências e se os processos e sistemas administrativos e operacionais, das áreas verificadas, estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e eficácia além de conferir o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis.

Também é objeto a verificação através da execução das ações do Órgão de Controle Interno, identificar se os controles internos existentes são suficientes para garantir a confiabilidade das informações e a efetividade dos procedimentos, permitindo a elaboração de recomendações que visam a melhoria contínua na gestão dos recursos públicos, evitando desperdícios, mau uso e danos ao patrimônio do Município, contribuindo para um aumento da governança no município. A Controladoria poderá ainda a qualquer tempo realizar auditorias em demais Pontos de Controle não contemplados nesse programa.

Os Pontos de Controle e os itens de avaliação são definidos com a finalidade de atender às obrigações do Controle Interno previstas na Constituição Federal, na Legislação Federal, Estadual e Municipal e ainda às atribuições definidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR.

No desempenho de suas funções, limitados às condições de trabalho

e a disponibilidade de pessoal para atendimento ao proposto, o Órgão de Controle Interno do Município de Mauá da Serra poderá solicitar a servidores de outras áreas a cooperação para atendimento ao proposto nesse plano de atividades.

Considerando que os recursos humanos lotados na controladoria não são suficientes para atender a complexidade dos trabalhos na sua totalidade, há necessidade de delimitação de ações e carece de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda, sendo necessário mecanismos de controle para que os atos da gestão pública estejam de acordo com as legislações desse momento.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 31, 70 e 74, corroborados pela Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que em seu artigo 59, determina que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei;

Considerando assim, a Lei Municipal 087 de 2007, que no artigo 1º dispõe:

Esta Lei estabelece normas gerais sobre a fiscalização do município, organizada sob a forma de sistema de Controle Interno, nos termos do art. 31 da Constituição Federal e do art. 59 da Lei Complementar Nº 101/2000.

3 – OBJETIVOS

O Plano Anual de Trabalho do Controle Interno para o Exercício de 2025 tem por objetivos:

- Acompanhar e apurar a lisura dos atos administrativos, principalmente aqueles que envolvam despesas;
- Avaliar a eficiência e o grau de segurança dos sistemas de controles internos das unidades, orientando modificações quando necessário;
- Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, gerando uma melhor gestão administrativa;

- Verificar e acompanhar o cumprimento das orientações emitidas pelo TCE/PR e das Recomendações Administrativas emitidas pelo Ministério Público;
- Analisar processos Licitações, Dispensas e Inexigibilidades, quando solicitados;
- Acompanhar as Contas Anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo a serem julgadas pelo TCE/PR e Câmara Municipal de Vereadores;
- Acompanhar o processo de transferências voluntárias via Sistema Integrado de Transferências – SIT e a publicação de suas informações no Portal da Transparência.
- Realizar o acompanhamento das atividades, avaliando a execução do cumprimento das determinações legais;
- Avaliação da estrutura administrativa e organizacional verificando seus processos e a existência de normatização das atribuições nas unidades;
- Verificar o acompanhamento quanto ao cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e dos orçamentos da União;
- Acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos, a transparência das informações disponibilizadas e verificar a fidedignidade das informações encaminhadas ao TCE/PR;
- Nas entidades indiretas - Acompanhamento e fiscalização em atendimento as determinações legais referentes a execução orçamentária e financeira, alterações orçamentárias, agenda de obrigações, fidelidade dos dados encaminhados por meio do Sistema de Informação Municipal de Acompanhamento Mensal- SIM/AM.

QUADRO DE ATIVIDADES

Esta Controladoria-Geral realizará o aprimoramento técnico para o desenvolvimento das atividades da CGM, por meio da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras instituições, com temas relevantes ao Controle Interno. Entendemos que a participação em cursos e

capacitações, não só dos servidores da Controladoria, mas de todos os demais servidores, não são custos, e sim um investimento na qualidade dos serviços públicos, além de instituir rotina de capacitação para todos os servidores públicos municipais, em diversas áreas de gestão pública, visando a ampliação do conhecimento e a eficiência e eficácia na administração.

As atividades de Controle Interno no exercício de 2025 poderão ser alteradas em decorrência de pedidos específicos do Chefe do Poder Executivo Municipal, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (APAs e Demandas CACO).

A título de controle preventivo, além do exposto no cronograma de atividades, serão acompanhados oportunamente, alguns departamentos para verificação dos controles existentes e se necessário a sugestão de melhorias especialmente na transparência dos atos de cada setor acompanhado.

Importante ressaltar que a fixação destas Diretrizes não obsta a realização de novas fiscalizações, acompanhamentos e monitoramentos uma vez que podem surgir demandas extraordinárias relevantes que exijam a atuação desse Órgão de Controle, podendo ainda ser requisitados servidores de outras secretarias para a execução das demandas.

Mauá da Serra, 06 de janeiro de 2025.



Eber Alves Faria
Controle Interno